

8
Ancefy

Segur B

MEDIAÇÃO DE SEGUROS

RELATÓRIO & CONTAS 2021

[Handwritten signature]

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

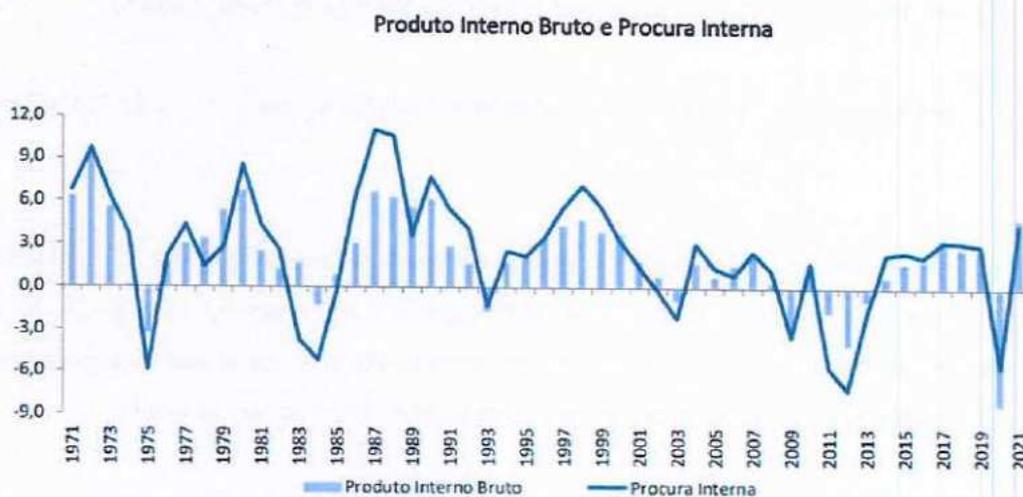
Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Sociedade, vimos submeter à apreciação da Assembleia-Geral o Relatório de Gestão, as Contas e os respetivos Anexos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

1 - A ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

No conjunto do ano 2021, o PIB [Produto Interno Bruto] registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, reflectindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na actividade económica.

Segundo o INE, o crescimento de 4,9% do PIB português é explicado, por um lado, pelo “contributo positivo expressivo” da procura interna, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento, e, por outro, pelo contributo “bastante menos negativo” da procura externa, à boleia de um crescimento significativo das importações e das exportações de bens e de serviços.



Em maior detalhe, a procura interna subiu 5% em 2021, em termos reais, dando um contributo de 5,2 pontos percentuais para o PIB.

O consumo privado registou um crescimento de 4,4%, recuperando parcialmente da redução de 7,1% de 2020, evolução que se explica sobretudo pela expansão (de 5,4%) do consumo privado em bens correntes não alimentares e serviços. Já a componente de bens alimentares abrandou, passando de um crescimento de 4,8% em 2020 para 1,5% em 2021. Por outro lado, a componente dos bens duradouros cresceu 4,6%, com um ligeiro aumento da componente dos veículos automóveis, após a quebra histórica verificada no primeiro ano da pandemia.

Quanto ao consumo público, verificou-se um crescimento de 5%. E o investimento aumentou 7,2%, em termos reais em 2021, depois da expressiva diminuição de 5,7% registada em 2020.

Do lado da procura externa, o INE indica que houve um contributo de -0,2 pontos percentuais, após o contributo de -2,9 pontos percentuais em 2020. As exportações e as importações de bens e serviços cresceram 13,0% e 12,8% em 2021, respectivamente, depois das expressivas diminuições registadas em 2020 (taxas de -18,6% no caso das exportações e -12,1% no das importações).

No que diz respeito especificamente às exportações de bens, verificou-se um aumento de 11,1% em volume, enquanto as exportações de serviços cresceram 18,6%, reflectindo a recuperação do turismo. Com uma evolução semelhante, as importações de bens cresceram 11,9% e as de serviços 18,1%.

Já em termos nominais, em 2021, a economia nacional aumentou 5,7%, atingindo cerca de 211 mil milhões de euros.

Em 2021, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 1,3%, sucedendo a uma variação nula registada no conjunto do ano de 2020. Segundo o INE, a evolução dos preços no último ano foi marcada por "um forte movimento ascendente ao longo de 2021, em particular na segunda metade do ano em que as variações observadas foram sempre superiores ao valor da média anual.

O INE assinala, também, que excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 0,8% (nula no ano anterior), o que ilustra a importância dessas rubricas para a aceleração dos preços.



A aceleração dos preços verificou-se na maioria das categorias do IPC, reflectindo, directa ou indirectamente, os aumentos dos preços dos bens energéticos, em particular, dos combustíveis rodoviários.

De acordo com a análise do INE, a categoria dos produtos energéticos, composto por produtos que têm um peso significativo nas classes da habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis e dos transportes, passou de uma taxa de variação média de -5,0% em 2020 para 7,3% em 2021.

A taxa de desemprego em Portugal fixou-se em 6,6% em 2021, o que representa uma descida de 0,4 pontos percentuais em relação ao período homólogo. Contudo, no que diz respeito aos jovens entre os 16 e os 24 anos, a taxa de desemprego fixou-se em 23,4%, ficando 0,9 pontos percentuais acima do estimado para o ano anterior.

Em 2021, a média anual da população empregada foi 4.812.300 pessoas, tendo aumentado 2,7% (128.600) em relação a 2020. Foi o sector dos serviços que mais cresceu, com mais 138,1 mil pessoas empregadas face a 2020. Já a população desempregada, estimada em 338.800 pessoas, diminuiu 3,4% (12.000) em relação ao ano anterior, mas a proporção de desempregados de longa duração foi estimada em 43,4%, mais 10,1 pontos percentuais do que em 2020.

A população desempregada está agora ligeiramente abaixo do nível pré-pandemia, menos 12 mil face a 2020.

2 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Começamos por relembrar que tínhamos perspectivado, para 2021, um crescimento da receita na ordem dos 10%, alicerçado na dinâmica do Grupo Económico onde nos inserimos e da melhoria da remuneração junto dos parceiros seguradores.

Ambos os pressupostos vieram a confirmar-se, sendo de destacar a substancial melhoria de condições remuneratórias obtidas junto da "Tranquilidade", principal Parceiro Segurador.

Em suma, e não obstante os efeitos da pandemia COVID-19 terem prevalecido, conseguimos alcançar os objectivos a que nos tínhamos proposto.

3 - POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O número de efectivos em 31 de Dezembro de 2021 era de 2, com uma média etária de 29,5 anos.

O aumento da produtividade, o melhor aproveitamento do potencial humano e a melhoria da qualidade de serviço orientaram, durante o ano de 2021, a gestão dos recursos humanos da Segur-B.

Em 2021, demos ainda especial atenção ao desenvolvimento de uma cultura de rigor e de políticas de gestão de recursos humanos baseadas na meritocracia e na transparência de critérios.

Foi mantido o esforço de formação profissional em todas as áreas fundamentais da Empresa, com especial incidência no domínio da área técnica de seguros, entre outras, nas quais foram despendidas mais de 40 horas.

4 - SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

A Empresa não tem quaisquer dívidas ao Estado ou a Outros Entes Públicos em mora.

5 - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A Empresa conseguiu ultrapassar a meta de crescimento das receitas que tinha delineado, tendo-se atingido um volume de negócios de 127.558,22 €, o que representa um acréscimo de 12,35% relativamente ao ano de 2020.

O resultado líquido cifrou-se em 1.156,89 €, o que se traduz numa redução de 85,57% face ao período homólogo, por via do significativo acréscimo dos custos registados na rubrica de outros gastos e perdas, considerando-se, ainda, assim, um desempenho positivo face ao contexto existente.

Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a Empresa registou, nos últimos três exercícios, a evolução constatada no quadro abaixo:




Nestas condições, a actividade mundial deverá continuar a expandir-se em 2022-24, embora a um ritmo menor do que foi antecipado pelo BE em Dezembro.

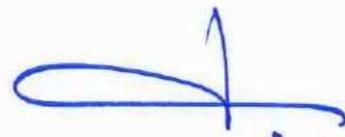
Para a área do euro, as projecções avançadas em Março pelo BCE apontam para um crescimento do PIB de 3,7% em 2022, 2,8% em 2023 e 1,6% em 2024. O ritmo de crescimento progressivamente menor ao longo do horizonte 2022-24 reflecte a retirada das políticas de estímulo e as limitações da oferta no mercado de trabalho. Assume-se uma dissipação gradual dos constrangimentos sobre as cadeias de produção globais, que registaram algum alívio no início do ano.

O crescimento económico na área do euro foi revisto em baixa pelo BCE face às projecções de Dezembro, em 0,5 pontos percentuais em 2022 e em 0,1 pontos percentuais em 2023, em larga medida associadas ao impacto do conflito nos preços da energia, na confiança dos agentes económicos e nos fluxos comerciais.

Nas hipóteses do exercício de projecção de Março do BCE, a procura externa dirigida à economia portuguesa cresce 5,8% em 2022, 4,6% em 2023 e 3,3% em 2024, traduzindo revisões de +0,4 pp, -0,8 pp e -0,1 pp, respectivamente, face às previsões do BE de Dezembro. A revisão em alta da procura externa em 2022 decorre do efeito do crescimento acima do esperado das importações mundiais na segunda metade de 2021.

O aumento recente dos preços das matérias-primas contribuirá para manter elevada a inflação global em 2022. O preço do petróleo deverá aumentar 45,7% em 2022, para 103,6 dólares por barril, e reduzir-se nos anos seguintes, atingindo 81,7 dólares em 2024.

O custo das outras matérias-primas também deverá registar um novo aumento em 2022, assumindo-se uma reversão nos anos seguintes. Na área do euro, as projecções do BCE apontam para uma subida significativa da inflação em 2022, para 5,1% (2,6% em 2021) e uma redução posterior, para 2,1% em 2023 e 1,9% em 2024. Este perfil é muito influenciado pela componente energética. No entanto, a inflação excluindo bens energéticos também deverá aumentar em 2022, para 2,6% (1,5% em 2021), reflectindo os efeitos indirectos da subida dos preços da energia, as pressões ao longo da cadeia de produção associadas às disrupções da oferta global e a continuação da recuperação dos serviços. A inflação deverá registar valores mais baixos em 2023 e 2024, 1,8% e 1,9%, respectivamente, com a dissipação dos factores acima referidos, parcialmente compensada por maiores pressões sobre os salários associadas à redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho.



	2019	2020	2021
Capital Próprio	158.678,08 €	166.694,78 €	167.851,67 €
Total Rendimentos	119.691,00 €	116.787,27 €	127.582,86 €
Resultados Líquidos	13.153,37 €	8.016,70 €	1.156,89 €
Cash Flow Líquido	15.138,17 €	9.258,72 €	1.493,66 €

6 - PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

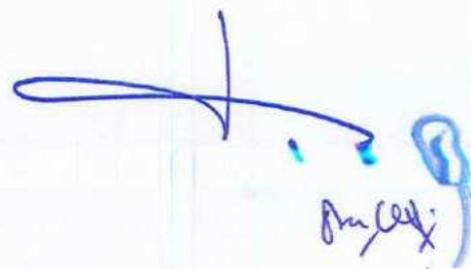
Enquadramento e Políticas

A actividade económica global desacelerou nos meses iniciais de 2022, devido ao impacto da nova vaga da pandemia e do contexto de subida da inflação. No final de 2021, a disseminação da variante Omicron e as medidas de controlo adoptadas tiveram um impacto negativo moderado e de curta duração sobre o crescimento da economia mundial.

A invasão da Ucrânia pela Rússia no final de Fevereiro ditou uma deterioração das perspectivas de crescimento da economia global no curto prazo e maiores pressões inflacionistas. O conflito implicou uma intensificação da subida dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais, o que reflecte a importância da Rússia no fornecimento destas matérias-primas, traduzindo-se, também, num aumento da incerteza e do risco geopolítico, com efeitos negativos sobre os mercados financeiros e sobre a confiança dos agentes. A Rússia não é um parceiro comercial importante para Portugal, mas o impacto indirecto via economias da Europa Central e de Leste contribuiu para deteriorar o enquadramento externo.

Adicionalmente, o conflito pode causar novas disrupções sobre as cadeias de valor globais, em particular das dependentes de matérias-primas da Rússia ou do transporte de mercadorias na região. O aumento recente de casos de Covid-19 nalgumas economias asiáticas e a imposição de medidas restritivas também podem agravar estas disrupções.

Apesar do impacto negativo do conflito na Ucrânia, as hipóteses para a actividade e comércio mundial permanecem favoráveis no horizonte de projecção 2022-24. Estas hipóteses assumem que não se observa uma escalada do conflito e que não se materializam riscos mais adversos, incluindo interrupções no fornecimento de energia por parte da Rússia, que impliquem paragens na produção na Europa, disrupções mais intensas das cadeias de produção global ou turbulência financeira, com impacto sobre os bancos.



As hipóteses relativas às condições monetárias e financeiras mantêm-se favoráveis, não obstante o aumento recente da volatilidade nos mercados financeiros induzido pelas tensões geopolíticas. Estas hipóteses apontam para uma subida gradual das taxas de juro de curto prazo na área de euro, as quais atingem valores positivos em 2023, o que não se verificava desde 2015.

Esta evolução é consistente com a normalização da política monetária do BCE, num quadro de riscos ascendentes para a evolução dos preços. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa é revista ligeiramente em alta, situando-se em torno de 2%.

Relativamente às finanças públicas, assume-se um cenário de políticas invariantes que considera as medidas de política em vigor, como a revisão da tabela salarial na administração pública. No entanto, este cenário exclui as medidas já anunciadas que dependem da aprovação do Orçamento do Estado para 2022, como a alteração aos escalões do IRS e a actualização extraordinária das pensões.

A Economia Portuguesa em 2022-24

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter um perfil de crescimento no horizonte de projecção 2022-24, num contexto em que a invasão militar da Rússia à Ucrânia introduz elevada incerteza. O Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e convergir nos anos subsequentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo: 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024. A expansão da actividade económica traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego.

A inflação deverá aumentar para 4,0% em 2022, e reduzir-se para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de estrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afectados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação. Estes efeitos devem dissipar-se no horizonte de projecção (2022-24), mas são parcialmente contrabalançados por pressões acrescidas sobre salários e preços, num contexto de utilização mais intensiva dos recursos na economia portuguesa.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de Fevereiro contribuiu para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar

a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a actividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros. No último exercício de projecção, o Banco de Portugal assumiu que não se verificará uma escalada do conflito e que o impacto destes factores se vão dissipar no médio prazo.

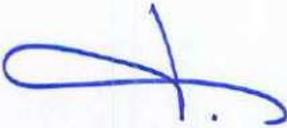
A actividade económica beneficia de maiores recebimentos de fundos da União Europeia e da manutenção de condições financeiras favoráveis, apesar de o mercado antecipar um aumento gradual das taxas de juro. A projecção assenta também no pressuposto de que os constrangimentos de oferta global se extinguem em 2023.

De acordo com o Banco de Portugal, a economia portuguesa vai voltar a convergir com a área do euro no período 2022-24, e vai continuar a apresentar taxas de inflação inferiores. A taxa de crescimento média do PIB em Portugal no período 2022-24 deverá ser superior em 0,6 pontos percentuais à projectada pelo BCE para a área do euro em Março. À semelhança do observado em 2021, a evolução do IHPC é mais moderada em Portugal, traduzindo-se num diferencial de inflação de -0,7 pontos percentuais em média no período considerado.

As projecções apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e em baixa para a actividade, especialmente em 2022. Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia, constitui o principal factor de risco. Tal implicaria uma intensificação das pressões inflacionistas e um impacto mais negativo sobre a confiança e os fluxos comerciais - incluindo a possibilidade de maiores problemas nas cadeias de fornecimento globais.

A Segur-B e o Futuro

Os resultados futuros da Empresa serão necessariamente influenciados pela capacidade que a economia portuguesa vier a demonstrar para ultrapassar o actual contexto de elevada incerteza provocado pela invasão da Ucrânia pela Rússia.


Anelli

Todavia, a Empresa não terá um papel passivo, competindo-lhe mobilizar todas as suas capacidades humanas e financeiras para poder aproveitar as potencialidades que resultarem da dissipação a médio prazo do impacto negativo provocado pelo conflito na Ucrânia.

Para 2022, perspetivamos um crescimento da receita na ordem dos 10%, alicerçado na dinâmica do Grupo Económico a que pertence, bem como, em algumas iniciativas de venda cruzada e optimização da remuneração, em particular, junto da Generali / Tranquilidade.

Para além disso, a Empresa irá colocar especial enfoque na optimização das suas operações e na racionalização de custos, prosseguindo uma política de investimentos muito selectiva e modulada em função das suas capacidades de financiamento.

Estamos certos que o plano que temos em andamento consubstancia a resposta aos desafios que temos pela frente e vai permitir-nos sermos capazes de servir, com qualidade e em condições competitivas, os nossos clientes, assegurando ao mesmo tempo o cumprimento rentável da nossa missão.

7 - PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, apresentou um resultado positivo, antes de impostos, de 3.465,08 €. Dado que a correspondente estimativa para impostos ascendeu a 2.308,19 €, o Resultado Líquido fixou-se em 1.156,89 €, para o que se propõe a seguinte afectação:

- 57,84 € para Reserva Legal;
- O remanescente, no valor de 1.099,05 €, para Resultados Transitados.

8 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Até à emissão do presente relatório não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes ao termo do exercício que devam ser registados ou divulgados.

9 - NOTAS FINAIS

Ao entrar no ano 2022, conscientes do muito que ainda falta fazer, podemos sentir-nos satisfeitos com o progresso alcançado. Hoje somos, sem qualquer dúvida, uma Empresa confiante nas nossas capacidades e

no nosso futuro, capaz de servir os nossos clientes em termos competitivos e com a qualidade que o mercado exige.

10 - AGRADECIMENTOS

Deixamos aqui uma palavra muito especial de agradecimento a todos quantos nos concederam o privilégio de serem nossos clientes, permitindo, com a confiança que nos ofereceram, que tenhamos conseguido reforçar a nossa posição nos mercados em que actuamos.

Registamos com gratidão os nossos fornecedores e entidades financeiras que continuam a demonstrar uma grande confiança nas capacidades da Empresa. Tal facto é razão para exprimir o nosso reconhecimento a estas entidades.

Os nossos colaboradores de uma forma geral, continuam, pela sua competência, dedicação e esforço, a permitir um elevado nível de desempenho e que aqui queremos registar com grande orgulho.

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, por toda a aplicação e competência de que uma vez mais deram prova no desempenho das respetivas funções, queremos igualmente deixar expressos os nossos agradecimentos.

Mealhada, 16 de Maio de 2022

Rui Manuel Neves Bandeira (Presidente)

José do Couto Gonçalves (Vogal)

António João Carvalho da Cruz (Vogal)

Segur-B, Mediação de Seguros, S.A.

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	10	127 558,22	113 545,37
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	19	-63 404,00	-64 265,57
Gastos com o pessoal		-35 010,21	-34 375,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	21	24,64	3 241,90
Outros gastos	20	-25 366,80	-4 332,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 801,85	13 814,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-336,77	-1 242,02
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 465,08	12 572,45
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22		-15,04
Resultado antes de impostos		3 465,08	12 557,41
Imposto sobre o rendimento do período	12	-2 308,19	-4 540,71
Resultado líquido do período		1 156,89	8 016,70

Mealhada, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado,

Pashua Oliveira

O Conselho de Administração,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Segur-B, Mediação de Seguros, S.A.

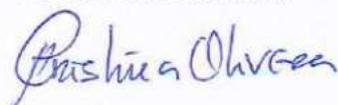
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	414,99	751,76
Outros activos financeiros	9	280,40	206,80
		695,39	958,56
Activo corrente			
Clientes			
Estado e outros entes públicos	23	52,81	
Outros creditos a receber	13	212 798,73	287 143,29
Diferimentos	15	713,61	822,15
Activos financeiros detidos para negociação			
Caixa e depósitos bancários	5	10 347,91	12 692,88
		223 913,06	300 658,32
Total do activo		224 608,45	301 616,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	17	75 377,61	74 976,77
Outras reservas	17	34 201,55	34 201,55
Resultados transitados	17	7 615,86	
Outras variações no capital próprio		-500,24	-500,24
		166 694,78	158 678,08
Resultado líquido do período		1 156,89	8 016,70
Total do capital próprio	17	167 851,67	166 694,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		45 498,52	30 579,42
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	23	3 573,62	3 712,53
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	16		93 000,00
Outras dividas a pagar	14	7 684,64	7 630,15
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		56 756,78	134 922,10
Total do passivo		56 756,78	134 922,10
Total do capital próprio e do passivo		224 608,45	301 616,88

Mealhada , 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado,



O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2020

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Valores em Euros					
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Incentivos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Ajustamento s/ outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital próprio
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	50 000,00	0,00	0,00	0,00	74 976,77	21 048,18	0,00	0,00	-500,24	13 153,37	158 678,08	0,00	158 678,08
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
	Alterações de políticas contabilísticas													
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
	Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
	Ajustamentos por impostos diferidos													
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
2		0,00	0,00	0,00	0,00	13 153,37	0,00	0,00	0,00	0,00	-13 153,37	0,00	0,00	0,00
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
4-2+3	RESULTADO INTEGRAL													
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital													
	Realizações de prémios de emissão													
	Distribuições													
	Entradas para cobertura de perdas													
	Outras operações													
5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	50 000,00	0,00	0,00	0,00	74 976,77	34 201,55	0,00	0,00	0,00	0,00	166 594,78	0,00	166 594,78

(1) - O ano, atribuído-se, em função da dimensão e enquadramento de risco, e possibilidade de suprimento das quotas em milhões de euros

Mes/hada, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado,

Fermina Oliveira

O Conselho de Administração,

[Signature]

[Signature]

[Signature]

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2021

NOTAS	DESCRICO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Valores em Euros	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento si outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	50 000,00	0,00	0,00	0,00	74 876,77	34 201,55	0,00	-500,24	8 016,70	166 894,78	0,00	166 894,78
6	ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
	Alterações de políticas contabilísticas												
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					400,84	0,00	7 615,86		-8 016,70	0,00		0,00
7	Ajustamentos por impostos diferidos					400,84	0,00	7 615,86		-8 016,70	0,00		0,00
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									1 156,89	1 156,89		1 156,89
8	RESULTADO INTEGRAL									-6 859,81	1 156,89		1 156,89
9=7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	Realizações de capital												
	Realizações de prémios de emissão												
	Distribuições												
	Entradas para cobertura de perdas												
	Outras operações												
10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	50 000,00	0,00	0,00	0,00	75 377,61	34 201,55	7 615,86	0,00	-500,24	1 156,88	0,00	167 811,67

(1) - O seu âmbito de aplicação é limitado a entidades de direito privado, a saber, a sociedade por quotas em milhares de euros

Mealhada, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado,

Paulina Oliveira

O Conselho de Administração,

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

Micem

Entidade: Segur-B, Mediação de Seguros, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	Euros	
		PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		199 123,92	113 545,37
Pagamentos a fornecedores		-48 531,63	-59 720,45
Pagamentos ao pessoal		-29 115,64	-28 779,02
Caixa gerada pelas operações		121 476,65	25 045,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 586,71	-4 559,29
Outros recebimentos/pagamentos		-27 234,91	-36 122,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		90 655,03	-15 636,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			47 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-93 000,00	-20 000,00
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-93 000,00	27 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2 344,97	11 363,92
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	12 692,88	1 328,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	10 347,91	12 692,88

Mealhada, 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado,

País hã e Oliveira

O Conselho de Administração,

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Segur B- Mediação de Seguros, S.A., tem sede na Zona Industrial da Pedrulha, lote 12, freguesia de Casal Comba, concelho da Mealhada e distrito de Aveiro, Portugal. A sua actividade principal consiste na Mediação de Seguros. A sociedade é detida pela empresa Grupo Alves Bandeira, S.A., com 39,6%; pela empresa Portinsurance – Consultores de Seguros, Lda com 30%; pela empresa Certezza- Sociedade Mediadora de Seguros, Lda com 30%, pela empresa RMBAND, S.A., com 0,2% e Rui Manuel Neves Bandeira com 0,2%.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos desta, os quais foram preparados no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado com o decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 20 de julho de 2015.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

A reexpressão das demonstrações financeiras destina-se a melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras e a sua comparabilidade ao longo do tempo. No entanto, é entendimento da Empresa que erros de períodos anteriores, alterações de estimativas e de políticas contabilísticas apenas dão origem à reexpressão das demonstrações financeiras retrospectivamente quando o seu efeito seja de tal forma significativo que a sua não reexpressão distorça claramente a comparabilidade das contas. Em todas as restantes situações, é entendimento da Empresa proceder à divulgação dos ajustamentos, e seus efeitos, nas notas respetivas.

3. NÃO APLICÁVEL

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 poderão também estar registados ao custo de aquisição revalorizado.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha recta, através de uma depreciação sistemática durante a vida útil estimada para os activos. O método será aplicado consistentemente de período para período, a menos que ocorra uma alteração no modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos activos. As depreciações são calculadas logo após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, na sua generalidade, são registados pelo método de equivalência patrimonial, excepto quando são classificados activos detidos para venda, caso em que se encontram registados pelo custo de aquisição.

Nas participações registadas pelo método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente aumentado ou diminuído pela diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios da participada, reportados à data de aquisição ou à data da aplicação do método pela primeira vez. Esta diferença é registada na rubrica "Ajustamentos de transição". Anualmente o investimento financeiro é ajustado pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas por contrapartida das rubricas "Ganhos em subsidiárias, associadas empreendimentos conjuntos".

As perdas que excedem o investimento efectuado não são reconhecidas, a não ser que existam obrigações legais ou construtivas ou tenham sido feitos pagamentos a favor dessas participadas.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

As provisões só são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), como resultado de um acontecimento passado, quando seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos necessários para liquidar uma obrigação e quando é possível fazer uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas sim divulgadas no presente anexo, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas sim divulgados no presente anexo, quando é provável a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros. Caso esta probabilidade seja remota, os passivos continentes não objeto de divulgação.

RÉDITOS

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os réditos provenientes da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando satisfeitas todas as seguintes condições:

- Quando a empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Quando a empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão;
- Quando a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a empresa; e
- Quando os custos, incorridos ou a incorrer, referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o valor das transacções que envolvem prestações de serviços pode ser fiavelmente estimado, o rédito associado a essas transacções é reconhecido com referência à fase de acabamento das transacções à data do balanço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Cientes e Outros Créditos a Receber

As dívidas de clientes ou de outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu custo, ou seja, são mensurados no reconhecimento inicial deduzidos dos respectivos reembolsos de capital. Os encargos financeiros são contabilizados na Demonstração dos Resultados do período de acordo com o regime de periodização económica.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes activos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.




SALDOS

(Unid: Eur)

	Cientes	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos a Receber	Fornecedores	Empréstimos Obtidos	Outras Contas a Pagar
Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A. -				40 800,00		
Alves Bandeira & Cª, S.A. *			11 431,58	79,64		
Alves Bandeira Tyres. S.A. *			9 747,91			
Alves Bandeira- Serv.Partilhados, ACE *			3 012,93	55,44		
Civiberica, S.A.			5 058,29			
Petroiberica, S.A.			1 362,99			
Transfrota, S.A.						
AB CHEM, SA			478,51			
Equipband- Equip. & Assist., S.A. *			768,11			
RMBAND, S.A.			1 778,84			
Alves Bandeira Internacional, FZE			-			
Sobritas,Lda			45 744,64			
Academia Grupo Alves Bandeira, ACE			616,44			
Alves Bandeira Renting, S.A.			35 620,49			
Eta - Empresa de Transportes do Alentejo, Lda			2 145,55			
Sistra - Sistema Integrado Intragrupo A.C.E.			-			
Hippus B - Produtos Hípicos Unipessoal, Lda			353,39			
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda						
Prediband, S.A.			266,63	3 120,40		
Total			118 386,30	44 055,48		

TRANSACÇÕES

(Unid: Eur)

	Vendas e Prest. de Serviços	Juros debitados	Outros Rendimentos	Compras e FSE	Juros Suportados	Outros Gastos
Grupo Alves Bandeira, SGPS, S.A. -				11 707,32		
Alves Bandeira & Cª, S.A. *				836,07		
Alves Bandeira Tyres. S.A. *						
Alves Bandeira- Serv.Partilhados, ACE *				155,41		
GAC- Gestão de Arm. Centrais, ACE						
Civiberica, S.A.						
Petroiberica, S.A.						
Transfrota, S.A. *						
Equipband- Equip. & Assist., S.A. *						
Portinsurance Consultores de Seguros, Lda						
Prediband, S.A.				3 805,32		
Total				16 504,12		

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 TAXAS DE DEPRECIACÃO

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida útil esperada
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	4-6
Equipamentos administrativo	1-10
Outros activos fixos tangíveis	

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

5. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontra-se discriminada da seguinte forma:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

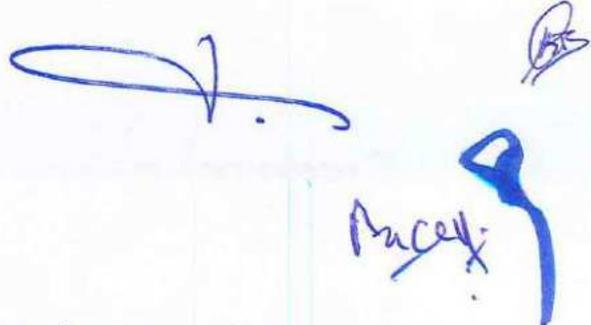
Rubricas	(Unid: Eur)	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa		
Depósitos à ordem	10 347,91	12 692,88
Outros depósitos bancários		
Outros instrumentos financeiros		
Total	10 347,91	12 692,88

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior e não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021, os principais saldos e transações com entidades diretamente relacionadas, podem ser detalhadas como se segue:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and 'Mucely' written vertically on the right side.

8.2 MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

ACTIVO BRUTO

	(Unid: Eur)					
	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Transf./ Abates	Saldo Final
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	8 121,46					8 121,46
Equipamentos administrativo	3 735,09					3 735,09
Outros activos fixos tangíveis						
Total	11 856,55					11 856,55

DEPRECIACÕES ACUMULADAS

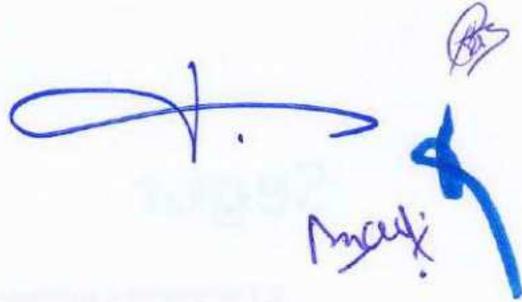
	(Unid: Eur)				
	Saldo Inicial	Reforços	Anulações / Reversões	Transferências	Saldo Final
Equipamento básico					
Equipamento de transporte	8 121,46				8 121,46
Equipamentos administrativo	2 983,33	336,77			3 320,10
Outros activos fixos tangíveis					
Total	11 104,79	336,77			11 441,56

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o movimento ocorrido na rubrica de outros investimentos financeiros compreende Fundos de Compensação do Trabalho:

ACTIVO BRUTO

	(Unid: Eur)			
	Saldo Inicial	Adições	Transferências e Abates	Saldo Final
Participações financeiras - Outros métodos				
Investimento em Subsidiárias				
Investimentos em associadas				
Outros activos financeiros	206,80	73,60		280,40
Investimentos noutras empresas				
Empréstimos concedidos a outras empresas				
Outros investimentos financeiros	206,80	73,60		280,40
Total	206,80	73,60		280,40



Handwritten signature and initials in blue ink.

10. RÉDITO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, os réditos da empresa encontravam-se repartidos da seguinte forma:

RÉDITOS (Unid: Eur)

Categoria	Mercado Interno	Mercado Europeu	Países Terceiros
Venda de bens			
Prestação de serviços	127 558,22		
Juros			
Royalties			
Dividendos			

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de maio de 2022.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos, passivos e das demonstrações financeiras do exercício de 2021. Contudo, no passado dia 24 de fevereiro assistimos à invasão da Ucrânia, por parte da Rússia. Apesar da economia portuguesa ser, devido essencialmente à posição geográfica do país, uma das menos expostas da União Europeia às economias russa e ucraniana, o aumento da inflação, o abrandamento do consumo e investimento e a instabilidade dos mercados financeiros são alguns dos efeitos esperados no atual cenário de guerra, que podem ser agravados num cenário de sanções económicas de larga escala. É provável que os conflitos armados que decorrem no leste da Europa tragam consequências negativas tanto económicas como financeiras para a empresa, cujo eventual impacto ainda não é possível estimar.

12. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), à taxa de 21%. Ao valor da colecta de IRC é acrescida a Derrama que incide sobre o lucro tributável, que no ano de 2021 para o Município da Mealhada a taxa geral é de 0,75% e isenta cujo volume de negócios no período anterior, não ultrapasse 150 000€.

Nos termos do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições aí previstas.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O imposto sobre o rendimento, reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontra-se detalhado da seguinte forma:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

	(Unid: Eur)	
	2021	2020
Imposto corrente	2 308,19	4 540,71
Imposto diferido		
Total	2 308,19	4 540,71

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes de impostos (1)	3 465,08	12 557,41
Taxa de imposto (2)	21,00%	21,00%
Imposto esperado (1 x 2)	727,67	2 637,06
Lucro tributável (4)	3 465,08	14 042,55
Imposto sobre o rendimento (5)	-727,67	-2 948,94
Tributações Autónomas	-1 580,52	-1 597,77
Derrama Municipal (7)		
Imposto sobre o rendimento (8=5+6+7)	-2 308,19	-4 540,71
Taxa média (9=8/4)	66,61%	32,34%
Taxa efectiva de imposto (10= 3/1)	66,61%	36,16%

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Outros Créditos a receber, tinha a seguinte decomposição:

Créditos a Receber

	(Unid: Eur)	
Outros Créditos a Receber	31/12/2021	31/12/2020
Activo corrente		
Comissões		
Accionistas/ Sócios		
Outros Creditos a receber	212 798,73	287 143,29
Total	212 798,73	287 143,29

Handwritten signatures and marks in blue ink.

14. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica outras dívidas pagar, tinha a seguinte decomposição:

Outras Dívidas a Pagar

(Unid: Eur)

Outras dívidas a pagar	31/12/2021	31/12/2020
Passivo corrente		
Devedores por acréscimo		
Outras contas a pagar	7 684,64	7 630,15
Total	7 684,64	7 630,15

15. DIFERIMENTOS

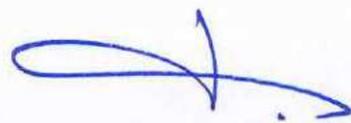
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica diferimentos, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)

Diferimentos	31/12/2021	31/12/2020
Diferimentos (Activos)		
Seguros pagos antecipadamente	713,61	822,15
Rendas Prediais pagas antecipadamente		
Juros pagos antecipadamente		
Total	713,61	822,15

16. FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de financiamentos, tinha a seguinte decomposição:




	(Unid: Eur)	
	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos obtidos - não corrente		
Empréstimos bancários		
Locações Financeiras		
Financiamentos obtidos - corrente		93 000,00
Empréstimos bancários		
Locações Financeiras		
Partes Relacionadas		93 000,00
Outros empréstimos obtidos		
Total		93 000,00

17. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2021, o Capital Subscrito da empresa era de 50.000,00 euros, encontrava-se assim representado:

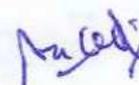
CAPITAL SOCIAL

	Quota/N.º Acções 1.01.2021	Aumento	N.º Acções 31.12.2021	Tipo	Valor Nominal
Capital Subscrito	50 000		50 000	Nominativas	1,00 EUR
Quota Própria	0		0		

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2021, nas rubricas de Capital Próprio, foram os seguintes:

CAPITAL PRÓPRIO

	(Unid: Eur)				
	Saldo Inicial	Reforço	Reduções	Transferências	Saldo Final
Capital Subscrito	50 000,00				50 000,00
Acções (quotas) próprias					
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas legais	74 976,77	400,84			75 377,61
Outras reservas	34 201,55				34 201,55
Resultados transitados		7 615,86			7 615,86
Excedentes de revalorização					
Ajustamentos /Outras variações no capital p	-500,24				-500,24
Resultado líquido do exercício	8 016,70	1 156,89	-8 016,70		1 156,89
Total	166 694,78	9 173,59	-8 016,70		167 851,67


18. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO

O número médio de pessoal ao serviço da empresa, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foi o seguinte:

NUMERO MÉDIO DE PESSOAL

	31/12/2021	31/12/2020
Quadros Administração	1	1
Directores		
Coordenadores e Supervisores		
Quadros Técnicos	1	1
Operacionais		
Total	2	2

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações ao Pessoal	29 333,92	28 823,02
Encargos sobre Remunerações	5 286,85	5 196,58
Seguros Acidentes Trabalho	366,82	332,78
Outros Gastos com Pessoal	22,62	22,62
Total	35 010,21	34 375,00

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, tinha a seguinte decomposição:

	(Unid: Eur)	
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Serviços Especializados	31 028,86	33 958,25
Materiais	321,16	207,43
Energia e fluidos	690,06	724,73
Deslocações, estadas e transportes	21 187,11	18 808,61
Serviços diversos	10 176,81	10 566,55
Total	63 404,00	64 265,57



Handwritten signature and initials in blue ink.

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros Gastos, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Impostos	2 644,56	2 025,33
Descontos de p.p. concedidos	151,71	688,19
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, assoc e emp conjuntos		
Gastos em investimentos não financeiros		
Outros	22 570,53	1 618,71
Total	25 366,80	4 332,23

21. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros Rendimentos, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31/12/2020	31/12/2020
Rendimentos suplementares		
Descontos de p.p. obtidos		
Recuperação de dividas		
Ganhos em inventarios		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros		
Outros	24,64	3 241,90
Total	24,64	3 241,90

22. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Resultados Financeiros, tinha a seguinte decomposição:



Macedo



RESULTADOS FINANCEIROS

(Unid: Eur)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Juros e gastos similares suportados		15,04
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		15,04
Resultados financeiros		-15,04

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)

EOEP	31/12/2021	31/12/2020
Activo	52,81	0,00
Imposto sobre o Rendimento	52,81	
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Outros Impostos		
Passivo	3 573,62	3 712,53
Imposto sobre o Rendimento		1 225,71
Retenção de Impostos de sobre o Rendimento	2 427,00	1 351,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Imposto sobre o Valor Acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	1 146,62	1 135,82

A Empresa a 31 de Dezembro de 2021, não regista qualquer dívida em mora ao Estado e à Segurança Social.

24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

Os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021, ascendeu a 2.120,00 Euros, sendo respeitantes, exclusivamente, à revisão legal das contas anuais.

MEALHADA, 16 DE MAIO DE 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



Maceira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SEGUR B - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 224.608 euros, e um total de capital próprio de 167.852 euros, incluindo um resultado líquido de 1.157 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SEGUR B - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
 - adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas

- contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de maio de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056
Registado na CMVM sob o n.º 20160668

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **SEGUR B - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Entidade, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**
Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de maio de 2022

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

Registado na CMVM sob o n.º 20160668